



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2024

(Da Sra. Flávia Moraes)

Requer a realização de seminário na ALEGO (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás) para debater a situação das Instituições de Longa Permanência para os Idosos no Estado de Goiás.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais a realização de Seminário para debater a situação das Instituições de Longa Permanência para os Idosos no Estado de Goiás. A ser realizado na ALEGO (Assembleia Legislativa do Estado De Goiás).

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- 1) Representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS
- 2) Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI/GO
- 3) Representante da AGM (Associação Gestores Municipais);
- 4) Representante do COREN (Conselho Regional de Enfermagem);
- 5) Representante da SUVISA (Superintendência de Vigilância em Saúde –GO);

JUSTIFICATIVA

Para tentar expressar a nova função híbrida dessas instituições, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriu a adoção da denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como espaços





coletivos de moradia para pessoas com 60 anos ou mais, podendo ser governamental ou não. Devem zelar pela liberdade, dignidade e cidadania de seus moradores.¹

Essas instituições integram um sistema social que tem como premissas assistir ao idoso com ou sem vínculo familiar, ou sem condições de prover à própria subsistência, visando satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social, ou ainda, assistir aos idosos dependentes e ou independentes em estado de vulnerabilidade social.²

Contudo, sabe-se que as ILPI brasileiras ainda possuem dificuldades no cumprimento integral dos critérios de estruturação estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, a oferta de serviços multiprofissionais é limitada, com dificuldade em abranger as múltiplas necessidades de saúde dos idosos institucionalizados.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento, para que possamos debater sobre avaliação e medidas para melhorar as condições das Instituições de Longa Permanência para as pessoas idosas no Estado de Goiás.

Sala das Comissões, em de de 2024.

FLÁVIA MORAIS
Deputada Federal – PDT/GO

1 Journal Health NPEPS. 2020 jan-jun; 5(1):321-337. Wanderley VB, Bezerra INM, Pimenta IDSF, Silva G, Machado FCA, Nunes VMA, et al.

Instituições de longa permanência...

2 Journal Health NPEPS. 2020 jan-jun; 5(1):321-337. Wanderley VB, Bezerra INM, Pimenta IDSF, Silva G, Machado FCA, Nunes VMA, et al.

Instituições de longa permanência...

